

Sem licitação e acima do preço

DF - Saúde

RENATO ARAÚJO

23.07.02/CEDOC

SECRETARIA DE SAÚDE COMPROU REMÉDIOS ATÉ 374% ACIMA DO VALOR DE MERCADO, APONTA AUDITORIA

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal escondeu medicamentos, comprou produtos superfaturados em até 374% e ignorou processos de licitação na aquisição desses materiais. Essa é a conclusão de uma auditoria realizada pelo Ministério da Saúde, que investigou, entre os dias 25 e 29 de novembro, irregularidades no Hospital de Base, no Hospital de Apoio e na Farmácia da própria Secretaria.

De acordo com o relatório divulgado ontem, as falhas da administração causaram um verdadeiro caos nos estoques dos hospitais do DF. De 87 medicamentos para atendimentos básicos, recomendados pelo Ministério, 38 chegaram a faltar. Dos 102 medicamentos excepcionais, apenas 21 estavam disponíveis. E entre os 28 remédios padronizados pelo programa de Saúde Mental, apenas oito abasteciam as unidades da rede hospitalar.

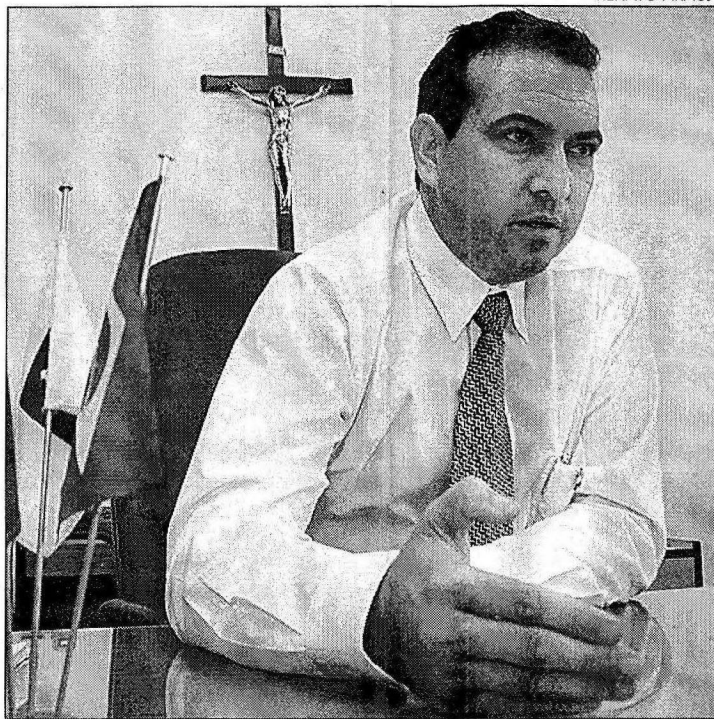
Para o atual secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, entretanto, a situação de cri-

se apontada pelo relatório já não corresponde à realidade. "Temos priorizado o abastecimento de materiais utilizados em procedimentos de emergência e já conseguimos diminuir muito a carência das unidades da rede hospitalar", afirma.

Segundo Bernardino, em pouco mais de uma semana a Secretaria de Saúde investiu mais de R\$ 14 milhões na compra dos materiais em falta. "O reabastecimento tem ocorrido em uma velocidade muito rápida", declara. Os recursos são provenientes do Tesouro do GDF, de repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) e de convênios com o Ministério da Saúde.

Os auditores constataram também a existência de uma Farmácia paralela na Secretaria, onde remédios eram escondidos. Aparentemente, pacientes que não conseguiam os medicamentos eram induzidos a acionar a Justiça contra o órgão, de modo que se pudesse comprar sem licitação os materiais em caráter emergencial, para atender às determinações do Ministério Público.

A auditoria mostrou ainda que 60% das compras de medicamentos foram feitas sem licitação e, boa parte, de um mesmo laboratório. A investigação deve prosseguir por toda a rede hospitalar pública do Distrito Federal.



BERNARDINO diz que a situação já está normalizada



MINISTRO Barjas Negri fez os repasses em dia para o DF

A íntegra da nota do Ministério da Saúde

1) A auditoria conjunta do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, realizada entre os dias 25 e 29 de novembro de 2002 por determinação do ministro da Saúde, Barjas Negri, para verificar denúncias quanto à qualidade do atendimento à população nas unidades de saúde do Distrito Federal, constatou má gestão dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) pela administração da Secretaria de Saúde do DF. Foram identificadas falhas no gerenciamento (planejamento, controle e captação de dados) e falta de medicamentos e de material hospitalar.

2) Os recursos financeiros dos programas estratégicos, de atenção básica e de média e alta complexidade são movimentados em conta única, contrariando o que é recomendado pelo Ministério da Saúde. Por isso, não é possível

identificar se os recursos foram utilizados nas ações a que se destinavam. Nessa conta foi encontrado saldo de R\$ 24.330.630,81.

3) Das compras de medicamentos, 60% foram feitas por dispensa de licitação. Alguns produtos foram adquiridos por valores até 374% acima do valor de referência do Ministério da Saúde. A auditoria constatou também que não há controle das autorizações emitidas e depois pagas pelo GDF dos procedimentos ambulatoriais e médicos, inclusive de alta complexidade.

4) Entre os medicamentos monitorados pela auditoria constatou-se que faltam anestésicos, pré-anestésicos, aminofilina, epinefrina, hidrocortisona e antibióticos. Os estoques de medicamentos excepcionais estão abaixo do crítico, com apenas 21 itens disponíveis dos 102 recomendados pelo

ministério. De 87 itens de medicamentos da atenção básica, 38 estão com estoque zero. No programa de Saúde Mental, de 28 medicamentos padronizados, estão disponíveis apenas 8 itens. Faltam reagentes para testes, como o de HIV.

5) Para garantir a assistência à saúde da população do Distrito Federal, será elaborado um plano de aplicação dos recursos transferidos para a rede pública de saúde do Distrito Federal, sob monitoramento do Ministério da Saúde e do Ministério Público Federal. O plano deverá corrigir a execução do Fundo de Saúde do DF e das aquisições de insumos.

6) O Grupo de Acompanhamento e Responsabilização (GAR), formado pelo Ministério Público Federal e por auditores de controle e avaliação do Ministério da Saúde

(criado por portaria conjunta da Procuradoria Geral da República e do Ministério da Saúde nº 1.112, de 29 de setembro de 2000) proporá as providências disciplinares legais a seu cargo, tais como o ressarcimento de recursos e reposição de estoques de insumos, e acompanhará o cumprimento das recomendações da auditoria.

7) A auditoria do Ministério da Saúde será estendida a toda rede de unidades e serviços de saúde do DF.

8) A auditoria confirmou que não há insuficiência ou atraso nos repasses de recursos financeiros do Ministério da Saúde para o GDF. As transferências para compra de medicamentos, materiais hospitalares e para todos os procedimentos médicos e ambulatoriais têm sido feitos rigorosamente em dia.